

# QUANDO FALAM AS FIGURAS: HUMANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER NUM QUARTEL DE POLÍCIA MILITAR

Fábio FRANÇA\*

**RESUMO:** A pesquisa em questão trata-se de etnografia realizada no Centro de Formação da Polícia Militar da Paraíba. Tendo como foco a análise das relações de poder surgidas do ocultamento dessas através do atual discurso humanizador disseminado pela instituição utilizamos a pesquisa de campo com o uso da observação direta e participante, as quais conduziram o olhar etnográfico para a percepção de mosaicos, painéis e frases que, pela beleza estética que demonstram, foram espalhados por todos os ambientes do quartel de formação policial. Todos os elementos observados nos levaram a constatar que, na verdade, a evidência nas figuras fotografadas omite formas de poder legitimadas por sua positividade e que, desse modo, retira a apreciação crítica de quem as vê, pois essas figuras “falam” bem mais do que evidentemente mostram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia Militar. Discurso humanizador. Relações de poder.

## Introdução

O trabalho aqui apresentado é um desdobramento da pesquisa de mestrado realizada por este autor entre os anos de 2010-2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Simone Magalhães Brito. Desse modo, a problemática versou sobre as novas relações de poder que estão sendo estabelecidas durante a formação

---

\* Doutorando em Sociologia. UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. João Pessoa – PB – Brasil. 58051-970 – lillehammer@bol.com.br

dos alunos policiais militares (no nosso caso, especificamente, os do Curso de Formação de Oficiais – CFO), os quais são formados no Centro de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Por esse mote, demonstraremos inicialmente como as instituições policiais militares desenvolveram-se com base na disciplina como técnica político-institucional que norteia a condução e subjetivação de seus membros. *Aposteriori*, a partir da perspectiva foucaultiana, lançaremos luz para evidenciarmos como poder e saber se entrelaçam e, no caso da Polícia Militar da Paraíba, como essa relação estabeleceu uma nova configuração na formação dos profissionais policiais militares. Ademais, exporemos sinteticamente qual foi o percurso metodológico da pesquisa para, em sequência, ratificarmos nossas proposições na análise comparativa de duas figuras que foram centrais para nossa pesquisa.

### **A disciplina como técnica política de poder**

Para Weber (2010), foi a partir do Exército que outras instituições da modernidade passaram a utilizar da disciplina para organizar os homens por meio de procedimentos padronizadores. Esse fato diz respeito à condição de que foi primeiramente nos exércitos antigos que a disciplina disseminou-se como técnica para evitar que os homens pudessem agir na guerra de acordo com suas vontades, de forma individualizada. De modo contrário, pois, eles passaram a atuar coletivamente pautados por características como o acatamento exclusivo a uma ordem recebida; pelo condicionamento da conduta; pela uniformização e impessoalidade. Esses princípios passaram a influenciar os homens no seu modo de guerrear, o que significa falarmos de uma racionalização dos atos humanos para a guerra.

Assim, a disciplina é entendida como uma organização histórica que esteve presente enquanto técnica desde as construções faraônicas na Antiguidade, as minas do final do medievo, a plantação monocultora escravista própria da economia das colônias até chegar ao mundo moderno com suas indústrias. Nessas transições, a disciplina foi incorporando novas características e, a Idade Média serve de mote para compreendermos esse processo. Temos, nesse sentido, devido ao sentimento religioso que conduziu a cultura medieval o fato de que, a disciplina esteve presente tanto nos mosteiros como nas seitas protestantes, já que ela passou a ser utilizada como norteadora da conduta daqueles que passaram a disciplinar seus comportamentos em nome de Deus e a confessar seus erros e pecados. No tocante a algumas esferas do protestantismo (calvinistas, pietistas,

metodistas e seitas batistas), estabeleceu-se o vínculo de seus seguidores ao trabalho como vocação, situação essa que os fez passar a agir em nome da obra de Deus assumindo uma atitude ascética na realidade terrena, e não voltados para um mundo sobrenatural como ocorria nos mosteiros. Era necessário trabalhar e economizar, pois não se permitia usufruir dos ganhos financeiros advindos do trabalho se não fosse para a obra de Deus. Tal atitude fomentou a “ética protestante”, que acabou por se transformar num dos mecanismos que propiciou a expansão do capitalismo no Ocidente (WEBER, 2004). Além disso, percebe-se nesse processo que a condução da conduta no medievo por intermédio da disciplina fez com que os indivíduos interiorizassem a vigilância e o controle externos e, cometer atos indisciplinados fazia parte da relação entre punições e recompensas.

Na modernidade, em seus estudos sobre dominação, a qual consiste na probabilidade de haver obediência referente a uma determinada ordem, Weber (2001) destaca a existência da dominação tradicional, carismática e racional-legal. Nesse sentido, trata-se de diversos motivos que ensejam a submissão e como os dominados, racionalmente, colocam em jogo uma série de interesses consonantes com a possibilidade de obter vantagens e desvantagens, numa relação entre meios usados para fins propostos. No primeiro modelo, a dominação baseia-se na crença do poder do senhor perante seus súditos, porque essa “santidade” para ordenar por parte de quem domina assim sempre foi e a personalidade dos atos do senhor é uma das características centrais desse modelo, que se funde de maneira mais pura no patriarcalismo, mas também se classifica na estrutura estamental. Na dominação carismática, o motivo da submissão se justifica pela crença no carisma que possui o líder, ou seja, o mesmo é reconhecido pelos atributos sobrenaturais que o habilitam a liderar e as pessoas que o obedecem são reconhecidas como “apóstolos”. Mas é no terceiro modelo, na dominação racional-legal, que a disciplina desenvolve-se como elemento técnico para garantir a legitimidade da obediência. Essa é regulamentada burocraticamente por estatutos que impessoalizam as relações institucionais, pois a ordem emitida pelo superior se faz valer pela regra estatuída. Desse modo, surge a hierarquia para definir uma cadeia de comando e supervisão em que os funcionários se submetem à obediência em troca de um salário condizente com o cargo que ocupa e com a função que desempenha.

Nesse contexto, estamos a tratar da hierarquia e disciplina como elementos utilizados nas instituições modernas para prover o exercício da submissão. Por esse aspecto, o poder também passa a ser importante para entendermos as engre-

nagens que sustentam as organizações e os efeitos que surgem principalmente no que tange ao trabalho desempenhado pelos indivíduos tanto nas instituições públicas como privadas e, no caso que destacamos, nas organizações de caráter militarista.

O que deve ser ressaltado de antemão é que, se o poder diz respeito ao modo como se determina a vontade própria a terceiros, pela imposição de comportamentos, tem-se que essa relação desigual é de imediato reconhecida por aquele que está na posição de subordinação caso o mesmo seja questionado sobre qual seria seu posicionamento nesse quadro de desequilíbrio (PERISSI-NOTO, 2007). No entanto, como reconhecer a balança do poder quando a dissimetria não é compreendida pelos dominados tendo em vista o reconhecimento da “naturalização” nas condições de desequilíbrio mediante as regras impostas? Tal indagação pode ser respondida ao encontrarmos nos estudos de Foucault (1979, 1987, 1988, 2003, 2010a) a possibilidade de explicação para o uso da hierarquia e disciplina como técnicas de manutenção do poder nas instituições modernas. Nesse sentido, a perspectiva foucaultiana sobre a disciplina se aproxima de Weber quando se busca entender as práticas e reflexões humanas nas sociedades ocidentais, num contexto histórico, de modo que possamos olhar para nós mesmos enquanto sujeitos de uma era moderna (CASTRO, 2009).

Nesse percurso, Foucault (1987, 2003) situa sua análise para definir as instituições modernas como disciplinares e de sequestro. Sua argumentação expõe que após o espetáculo suplicial<sup>1</sup> comum ao Antigo Regime, irrompeu-se um sistema eficaz de controle dos corpos nas instituições que tiveram por objetivo tornar os indivíduos “úteis” e “dóceis” para serem utilizados na produção e manutenção do sistema capitalista em certo sentido. O autor demonstra que essa “tecnologia política do corpo”, que teria encontrado nas prisões surgidas com a suposta humanização da reforma penal europeia seu modelo exemplar, acabou por se disseminar pelas instituições modernas (escolas, quartéis, hospitais, fábricas, manicômios) e, essa “disposição” baseou-se no Panóptico benthamiano<sup>2</sup> (BENTHAM et al., 2008).

---

<sup>1</sup> Os suplicios corporais consistiam na expiação e sofrimento físico daqueles que cometessem algum delito na sociedade, o qual consistia numa afronta direta ao soberano. A punição ocorria em praça pública para que todos vissem e servisse de exemplo para se evitar a ocorrência de crimes. Ver Foucault (1987).

<sup>2</sup> Segundo Bentham, o Panóptico consistia num modelo ideal de prisão cuja arquitetura deveria ter uma forma circular onde se encontrariam as celas dos prisioneiros com uma torre ao centro, de onde um inspetor vigiaria a todos os presos ao mesmo tempo. A intenção era estabelecer a relação do ver sem ser visto. Ver Bentham et al. (2008).

Na verdade, estamos a falar de uma série de elementos que, em conjunto, passaram a fabricar a “alma” do sujeito moderno que passou a estar eivado por relações de poder que não dizem respeito à esfera do Estado e nem à relação entre as classes. São relações de poder vistas como positivas e produtoras ao invés de repressivas ou negativas. Esse poder conceituado por Foucault de disciplinar, visto que a disciplina é sua técnica de proliferação, baseia-se nas relações que os indivíduos estabelecem entre si nas diversas instituições gerando efeitos que eles mesmos desconhecem por conta de uma “estratégia” prefigurada pela correlação entre o saber e o poder. Isso quer dizer que o campo científico, próprio das ciências humanas, passa a se legitimar ao mesmo tempo em que as relações de poder se proliferam, pois, se ninguém detém poder, mas esse se transmite como em uma rede passando por todos os corpos disciplinados e controlados, a ciência alimenta as teorias ao encontrar em indivíduos “anormais” (aqueles que não se enquadram nos ditames disciplinares) sua justificação teórica para comprovar sua **verdade**. Podemos verificar, por exemplo, os dispositivos de sexualidade, através dos quais a ciência busca expurgar da sociedade palavras e comportamentos de cunho sexual com sentido pejorativo (já que passaram a ser vistos no campo das anomalias), mas, que passaram a ser ditos de outra forma, por outros conceitos que carregam a veracidade científica (FOUCAULT, 1988).

É por esse patamar de compreensão que, segundo Foucault, as instituições regidas pelo militarismo podem ser reconhecidas como instituições disciplinares, pois as mesmas apresentam as características apontadas pelo autor que demonstra existir relações de poder que se consolidam tendo a disciplina como técnica. Para ele, pois, nesses locais se desenvolvem juntamente com a disciplina uma série de elementos para organizar os homens e acentuar a dominação e o poder. Tem-se dessa maneira uma arte que distribui os corpos de modo a que cada um deles ocupe um lugar devido, ou melhor, um “quadriculamento”, que seria a divisão do espaço, o qual organiza as distribuições pelos espaços físicos como as tropas enfileiradas nos quartéis. Esse modo de organizar os homens desenvolve-se com a “organização das gêneses”, ou seja, todas as pessoas também passam a ocupar um lugar determinado dentro da hierarquia de cargos desenvolvendo o que o autor chama de “vigilância hierárquica”, onde todos são supervisionados mediante a cadeia de cargos que se estabelece; o tempo é a todo instante controlado de modo a tornar todas as atividades estritamente cronometradas; as forças dos indivíduos passam a serem utilizadas de maneira uniforme e condicionadas, pois o destaque

individual deve ceder espaço para a sincronização dos atos, maneiras de ser e procedimentos num sentido geral. Além disso, o princípio de “anormalidade” perpassa o cotidiano das instituições disciplinares, pois todos os atos que possam ir contra o que prescreve os diversos manuais e regulamentos organizados com base na disciplina devem ser punidos, o que pode ser recompensado caso seja cumprido (“sanção normalizadora”) e, os casos considerados desviantes ou anormais, são acompanhados como forma de se conhecer (“exame”) o que leva as pessoas a desviarem os propósitos da instituição, conhecimento esse que abre espaço para o campo da verdade científica com seus conceitos (psicologia, psiquiatria, pedagogia).

Toda essa trama complexa está baseada no que Foucault (2009) conceitua por práticas discursivas e não discursivas, pois, nessa conjuntura, é o discurso provindo de saberes diversos e, em especial, do saber científico que centraliza a lógica entre o saber-poder, pois de outro modo o poder não poderia existir se não fosse estabelecido um campo de saber que o sustentasse.

### **Poder, saber e humanização policial**

Na pesquisa realizada na Polícia Militar da Paraíba (FRANÇA, 2012) o que se demonstrou foi que, ao invés de termos técnicas disciplinares evidentes, o poder e a disciplina enquanto técnica que o mantém e fortalece estão eivados por transformações discursivas no processo pedagógico da formação policial militar, e a utilização desses novos saberes foi conceituada por paradigmas educacionais. Nesse sentido, consideramos a relação estrita que existe entre o discurso e sua formulação enquanto saber, além de que, “[...] o poder produz saber. Poder e saber estão diretamente implicados. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, 1987, p.27).

Essa implicação entre discurso, poder e saber foi percebida no “dispositivo” (FOUCAULT, 1979) do quartel policial militar com o suporte do olhar sociológico, mas as primeiras indagações surgiram devido à inserção deste autor neste processo educacional alguns anos atrás como aluno policial militar. O estranhamento ocorreu exatamente pelo fato de que, se a Polícia Militar sempre pautou suas dinâmicas culturais institucionais com base no disciplinamento e no militarismo, o que sempre produziu profissionais orientados pelo “*ethos*” guerreiro (ELIAS, 1997), o que faz agora a formação policial militar ser orien-

tada para o discurso humanizador, o qual passa a disseminar a imagem “típica-ideal” de um policial mais humanizado em suas atitudes em relação ao seu agir profissional, o que reflete no modo de tratar as pessoas em sociedade, segundo o discurso da instituição?

Se as observações iniciais levaram a crer que existia um processo contraditório entre a humanização e o disciplinamento, já que a prática policial não condiz com o discurso, a análise das proposições discursivas ensejou a percepção de outra dinâmica comunicativa que não se adequava a um princípio contraditório, mas sim a relações de poder que passavam a mascarar o disciplinamento militar através do discurso da humanização.

Essa nova formação humanizada dos policiais militares pode ser entendida como um “acontecimento” (FOUCAULT, 2010a), que seria a substituição de discursos antigos pela proliferação de novos discursos que passam a influenciar práticas que estão atravessadas por estratégias de poder presentes nas instituições disciplinares (CASTRO, 2009). Segundo Navarro (apud BARONAS et al., 2011, p.142), “[...] uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta pelo emprego de estratégias de manipulação do real, o acontecimento é produto de escolhas orientadas de imagens que lhe imprimem a impressão do vivido mais perto.”

**Figura 1 – Segurança e proteção à criança.**



**Fonte:** Elaboração própria.

**Figura 2 – Valores humanizadores policiais.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Expomos, nesse sentido, uma “estratégia” discursiva (FOUCAULT, 2009) que passa a atuar de forma a ocultar relações de poder exatamente pela percepção que se cria de que essas relações são positivas e não repressivas. Esses paradigmas educacionais a que nos referimos dizem respeito ao conjunto de discursos que passaram a ser veiculados na instituição policial militar que tiveram como base os princípios propalados pelos Direitos Humanos. Esses paradigmas tanto podem ser aqueles formalizados como disciplinas acadêmicas, que não existiam na formação policial militar antes de 1990 (especialmente os próprios Direitos Humanos), regulamentos institucionais que destacam o respeito pela pessoa humana, as novas palavras que passaram a ser adotadas no cotidiano da caserna destacando princípios humanizadores, bem como os elementos simbólicos como os mosaicos que analisamos e que retratam cenas do cotidiano policial militar em que policiais interagem de forma harmoniosa com a sociedade. Se à época da ditadura militar falava-se no combate ao inimigo interno sob a égide da manutenção da segurança nacional, agora se fala no ambiente intramuros da formação policial militar em igualdade, cidadania, respeito à dignidade humana, proteção ao cidadão.

**Figura 3 – Policiais militares brincam com crianças em mosaico.**



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 4 – Educação, cidadania e segurança pública.**



Fonte: Elaboração própria.

Destacamos, nesse contexto, que esse fenômeno e o objetivo de nossa análise podem ser percebidos de acordo com uma “economia política da formação<sup>3</sup>”, ou seja, a mudança de um modelo de formação (antes mais próximo da ideologia própria à ditadura militar em nosso país) a outro (que surgiu com as novas configurações da sociedade brasileira devido à promulgação da Constituição cidadã de 1988 e o final do regime militar). A partir dessa ideia deve-se questionar como é que esses novos paradigmas, que na pesquisa foram chamados de educacionais por fazerem parte do processo educacional de formação profissional dos policiais militares, estão se disseminando discursivamente na realidade desses profissionais como uma nova **verdade** que deve traduzir a realidade da instituição policial, que criou a afirmação de que está humanizando seus profissionais em formação tanto para as relações cotidianas durante o processo de formação como para as práticas desenvolvidas nas ruas na interação direta com a sociedade.

### **Percurso metodológico**

O percurso metodológico da pesquisa enveredou-se por dois caminhos. No primeiro, foi adotada a perspectiva goffmaniana e os estudos vinculados às “instituições totais” (GOFFMAN, 2007). Por esse escopo, seguimos as diretrizes proporcionadas pelas técnicas etnográficas. Utilizamos da observação direta e participante para melhor entender o cotidiano do Centro de Formação policial. Destacamos a realidade formativa dos alunos, a interação entre docentes e discentes, a percepção dos ritos institucionais e, para o recorte aqui utilizado, as figuras que demonstramos através de mosaicos, painéis e frases, os quais foram fotografados e analisados para demonstrar como agem as relações de um poder não visto como repressivo. Além do exposto, utilizamos entrevistas semi-estruturadas para apreender as falas de instrutores militares, professores e alunos para entendermos com mais profundidade o que pensam esses atores sociais sobre as transformações que estão ocorrendo no regime intramuros da formação policial militar.

Em outro contexto, mas sem deixar de considerar o conjunto do processo pedagógico, adotamos a vertente foucaultiana de análise documental, o que nos levou a esmiuçar currículos e outras fontes utilizadas pela instituição para legitimar a aplicação dos novos paradigmas educacionais. De modo exempli-

---

<sup>3</sup> Utilizamos essa ideia muito interessante que foi proposta pelo professor Rogério de Souza Medeiros, a qual serviu de forma esclarecedora para designar o processo estudado na formação dos profissionais policiais militares.

ficador, de acordo com Foucault (2005, 1988, 2009), uma disciplina curricular do CFO funciona como enunciado, enquanto o conjunto das disciplinas humanísticas do mesmo currículo forma o discurso. Em consonância com os outros vários elementos discursivos como o conjunto dos mosaicos tem-se os saberes humanizadores (paradigmas educacionais) que foram tratados como arquivos e, a partir das regras institucionais baseadas nesses novos saberes e impostas para serem seguidas, segundo Goffman (2007), podem-se observar as práticas institucionais.

### “Quando falam as figuras”

De acordo com o exposto anteriormente, o conjunto das categorias analíticas utilizadas levaram-nos a verificar que, nesse jogo de múltiplos saberes ou, em específico, de paradigmas educacionais, novas relações de poder surgiram e outras formas de controle e vigilância foram detectadas por meio de novas estratégias baseadas no ideal humanizador. Nas figuras abaixo relacionadas, torna-se mais claro a análise adotada.

**Figura 5 – Sem título**



**Fonte:** Elaboração própria.

**Figura 6 – Sem título**



**Fonte:** Elaboração própria.

A figura 5 mostra em mosaico alunos do CFO desfilando com um de seus trajés identitários. Ela deixa claro que faz parte do mundo pedagógico policial militar o disciplinamento. No entanto, a figura 6 analisada mostra que a ocultação do poder visa direcionar novas práticas por meio do discurso com ideal humanizador, cuja intenção institucional se revela como efeito desse processo. Vê-se que a polícia agora se preocupa com amor, paz, igualdade e justiça. As pessoas que olharem para os mosaicos devem ter a impressão de que sentimentos como medo não devem mais fazer parte da sociedade em relação à polícia, pois os policiais fardados estão próximos agora de outros conceitos como as quatro palavras destacadas.

O discurso criado no mosaico centra-se na condição de que o “policial humanizado” deva introjetar os princípios elencados nas palavras. Mas, aqui, o objetivo é identificar a maneira que o poder passou a ser ocultado estrategicamente por meio do ideal humanizador, e de como a educação passou a significar vigilância. Deve-se notar a preocupação com o princípio de igualdade nesse processo humanizador com destaque para dois elementos importantes na figura: o negro e as policiais femininas. Numa sociedade como a nossa, que devido às suas estruturações históricas passou por um processo de escravidão e pautou-se no modelo patriarcal e machista, o negro e a mulher tornam-se figuras importantes para mostrar que a humanização policial é algo real, mesmo que, quando

se realiza o concurso público para o CFO, a quantidade de vagas para os homens é três vezes maior que para as mulheres, ou seja, a figura oculta que a polícia militar nega uma sociedade que “[...] é autoritária, racista, sexista; e, no quadro de discriminação de classe, transforma todas as diferenças em desigualdades e as desigualdades em relação entre um inferior que obedece e um superior que manda.” (RIQUE et al., 2004, p.41).

Na figura 6 observa-se ainda que, as palavras em destaque (amor, paz, igualdade e justiça) são elementos que enaltecem princípios que devem ser buscados pelo novo “policial humanizado”. Pode-se dizer que essas palavras funcionam em conjunto como uma “estratégia”, pois, “[...] podemos chamar de “estratégia de poder” o conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder.” (FOUCAULT, 2010b, p.293). As quatro palavras denotam sentido de ação para o “policial humanizado” que deve ter amor pela sociedade, manter a paz, agir de forma a respeitar a igualdade de tratamento entre as pessoas e trabalhar com justiça, por meio do comportamento indiferenciado para com todos que precisem dos serviços policiais. Esses discursos possibilitam ver que o policial militar não pode mais ser aquele que combatia o inimigo interno dos tempos ditatoriais, mas que passou a ser formado para a busca e manutenção da cidadania e do respeito para com a sociedade.

O discurso no mosaico veicula princípios a partir dos quais “[...] a instituição produz uma linguagem que leva cada um dos seus membros a interiorizar suas tarefas como um ideal com o qual deve identificar-se”. (ANSART, 1978, p.90). E, pela análise aqui empreendida, a “[...] educação queria dizer vigilância e interiorização das normas e preceitos morais”. (SALIBA, 2006, p.65). Assim, quando se olha para as crianças na figura, elas estão vestidas com o uniforme azul que é utilizado pelos alunos do Colégio da Polícia Militar que funciona dentro do Centro de Formação PM nos regimes fundamental e médio. Deste fato, destaca-se o princípio de hierarquia em que o disciplinamento se exerce agora na busca do “policial humanizado” desde a formação fundamental e média indicando que esse pensamento tem continuidade até chegar aos alunos do CFO que se encontram na figura.

Temos, portanto, um processo pedagógico de ocultamento de poder onde a instituição fortalece sua imagem mediante o discurso que enaltece o novo processo pedagógico, mas que, na verdade, se trata de uma “humanização disciplinada”, já que as regras disciplinares se mantêm inalteradas fazendo com que os alunos policiais agora enfrentem uma dupla “normalização” (FOUCAULT, 1987).

## Considerações finais

A partir da análise do trabalho aqui exposto é possível percebermos que, à luz da abordagem sociológica, o discurso humanizador propagado pela instituição policial militar, no Estado da Paraíba, em específico na formação dos alunos, trata-se, na verdade, de uma estratégia para legitimar relações de poder que ocultam o disciplinamento militarista. Se pela abordagem teórica foucaultiana um quartel de polícia militar carrega em sua cultura interna as referências de uma instituição disciplinar, vê-se, pois, que a análise das figuras aqui destacadas é um dos elementos que ratificam nossas conclusões sobre o fato de que a proliferação do discurso humanizador é um disfarce pedagógico da instituição para melhor controlar e vigiar os alunos policiais. Esses devem ser “normalizados” não só como policiais disciplinados, mas também como policiais humanizados, de acordo com os propósitos que dominam o sujeito e usam dos saberes humanizadores como estratégia institucional.

### **WHEN TALKING FIGURES: HUMANIZATION AND POWER RELATIONS IN A QUARTERS OF MILITARY POLICE**

**ABSTRACT:** *The research in question it is ethnography at the Military Police Training Center of Paraíba. Focusing on the analysis of power relations arising from the concealment of these through the current humanizing speech disseminated by the institution use these archfield with the use of direct observation and participant, which conducted the ethnographic gaze to the perception of mosaics, panels and phrases that the aesthetic beauty that show, were spread across all environments police training barracks. All elements observed led us to see that, in fact, the evidence in the figures photographed omits forms of power legitimized by its positivity and thereby removes the critical appreciation of the beholder, because these figures “speak” and more which clearly show.*

**KEYWORDS:** *Military police. Humanizing speech. Power relations.*

## REFERÊNCIAS

ANSART, P. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARONAS, R. L. et al. **Análise de discurso: teorizações e métodos**. São Carlos: Pedro & João Ed., 2011.

BENTHAM, J. et al. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ELIAS, N. **Os alemães: aluta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Ditos & escritos IV: estratégia poder-saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 273-295.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditos & escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, F. G. **Disciplinamento e humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância**. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PERISSINOTTO, R. **História, sociologia e análise do poder**. 2007. Disponível em: <[http://www.ufpr.academia.edu/renatoperissinotto/papers/156924/Historia\\_Sociologia\\_e\\_analise\\_do\\_poder](http://www.ufpr.academia.edu/renatoperissinotto/papers/156924/Historia_Sociologia_e_analise_do_poder)>. Acesso em: 02 jan. 2012.

RIQUE, C. et al. **Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais.** Recife: Bagaço, 2004.

SALIBA, M. G. **O olho do poder.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução de J. M. M. de Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução de A. Wernet. 3.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. v.2.